

Bom - Brasil

A advertência de Gros

O ex-presidente do Banco Central Francisco Gros é uma pessoa reconhecidamente responsável. Se ousou, no Exterior, alertar quanto ao perigo de um novo descontrole inflacionário no País foi a isso levado por decisões — ou indecisões — do governo Itamar Franco. Ressalvou que espera estar enganado, mas deixou a advertência de um homem que assistiu, nos gabinetes do Planalto, às primeiras semanas de atuação do presidente em exercício.

Ao denunciar o que chama de “instintos populistas” do presidente Itamar Franco e de alguns dos seus ministros, reconheceu que os dois titulares da equipe econômica e o seu sucessor na direção do instituto de emissão são pessoas igualmente responsáveis. No entanto, teme que suas posições racionais possam ser derrubadas por uma falsa política em favor do social.

O ex-presidente do BC citou alguns exemplos preocupantes: o atraso no reajuste dos preços dos derivados do petróleo, a intenção de pôr-se em prática uma política assistencial para distribuição de cestas básicas e de congelar os preços dos remédios e ainda o corte de 30% nas prestações do BNH.

Francisco Gros sabe do que está falando. Teve a grande responsabilidade de controlar, no segundo governo Collor, a expansão monetária. Ao que parece, desde setembro tal controle monetário não recebeu a mesma prioridade, justamente no momento em que, com o final da liberação dos cruzados novos, podia-se seguir um caminho ainda mais austero. No entanto, não se pode ainda renunciar a uma queda artificial da taxa de juros.

O governo Itamar Franco conta com uma grande vantagem: tem ainda a esperança de obter algo de uma reforma fiscal mais ampla que poderia ter sido obtida pelo governo Collor. Mas é exatamente em função dessa possibilidade — que está longe de constituir uma certeza — que não se pode descuidar da política monetária, que permitirá tirar proveito da reforma.

Fazia-se, portanto, necessário que um homem que desempenhou um grande papel em nossa reconciliação com a comunidade financeira internacional lembrasse algumas realidades, das quais depende uma redução da taxa de juros em função de uma diminuição da dívida mobiliária federal.

17 NOV 1992
ESTADO DE SÃO PAULO